

O presidente e a Esfinge

Não é necessário lavrar a terra para encontrar as evidências de que os barômetros políticos em Brasília indicam pressões atmosféricas altas. Basta ler as notas da Secretaria de Imprensa da Presidência, desmentindo rumores que correm nos ermos do Planalto Central. Esse tipo de oscilação vem de repente — e apesar disso, ou talvez exatamente por isso, é mau sinal, especialmente para experimentados capitães-de-longo-curso. Ao contrário do que se poderia pensar, o barômetro oscilou não por causa do *caso Nacional* — problema que ganhará impulso ou morrerá depois do depoimento do sr. Gustavo Loyola, terça-feira, e veio depois. O mau tempo foi prenunciado pelo noticiário do que o presidente da República teria dito no México a respeito do Congresso Nacional. O porta-voz da Presidência pode ter produzido excelentes desmentidos, buscando colocar os Poderes Executivo e Legislativo no nível constitucional que lhes é próprio: independentes e harmônicos. Seu esforço não impediu, no entanto, que se registrasse aquilo que fora desmentido. Como já dissemos a propósito de outro incidente entre o chefe do Executivo e parlamentares, perdoa-se, mas não se esquece. Depois, veio o *caso Nacional*, que, estamos convencidos, não teria tido a repercussão que vem tendo não fora não se esquecer o que o presidente teria dito. Agora, para coroar tudo, num momento difícil para o Executivo (espe-

cialmente para o Banco Central), tem-se notícia do jantar oferecido ao presidente da República pelo deputado Pauderney Avelino, com a presença de dezenas de deputados; notícia não apenas do jantar, mas da nota com que a Secretaria de Imprensa cuida de desmentir rumores e acusar de má-fé quem tenha pretendido veicular a informação de que o chefe de Estado teria preferido palavras de duplo sentido a respeito do Congresso Nacional. Os deputados que transmitiram aquilo que supõem ter ouvido não gostarão de ser tidos como homens de nenhuma fé; as palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso circularão e seu relacionamento com o Congresso poderá apresentar pontos de fricção, apesar de S. Exa. haver conquistado um trunfo na quinta-feira, ao ver aprovado no Senado o parecer do senador Fernando Bezerra sobre a lei de patentes e tudo indicar que na Câmara, com maior ou menor atraso, o texto do Senado, que é o que mais de perto interessa ao Executivo, será ratificado.

O presidente da República — fíemos-nos na nota da Secretaria de Imprensa — de fato não quer o fechamento do Congresso. Seria, acrescentamos nós, negar toda uma vida, afastar-se daqueles com os quais construiu sua carreira



intelectual (no Brasil e no Exterior) e dar ao mundo um exemplo de que os brasileiros gostam de imitar os maus exemplos que vêm de fora. Essa vocação democrática de S. Exa. dá-se por assente e por baixo preço. Ressalve-se, todavia, que, ao aceitar como boa a profissão de fé constante da nota em apreço, não se pode, assim sem mais, dizer que os deputados que criaram o mal-estar são intrigantes ou mentirosos. Uma boa intrigazinha talvez gostem de fazer de quando em quando — essa, porém, é de bom tamanho e institucional. Seria difícil imaginá-los entregues a essa tarefa, a menos que o clima político se tenha deteriorado de tal forma que tudo valha. Donde se segue que ambas as partes têm razão — e aliás o próprio relato de muitos que participaram do jantar confirma essa interpretação. O presidente disse que “sem dúvida é mais fácil governar sem o Congresso...”; “a opinião pública até aceitaria uma coisa dessas...”. Em todos os relatos, essas frases são a primeira parte de um raciocínio que conclui de outra maneira: “Mas eu prefiro governar com as dificuldades inerentes à democracia. Para mim não há alternativa fora da democracia”; “jamais tomaria a atitude de fechar o Congresso”.

O problema não está em decifrar as intenções do presidente da República; afinal, S. Exa. não é a Esfinge: “decifra-me ou te devoro”. As intenções são claras e democráticas. O que é confuso e se presta às mais diferentes interpretações é o discurso do chefe do Executivo. Mesmo no contexto de uma crítica às posições do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional ao não receberem Fujimori, pode perguntar-se: por que

As palavras do chefe do Executivo prestam-se a uma dupla e danosa interpretação

deveria o presidente Fernando Henrique Cardoso fazer blague com o “fujimorismo”? Por que deveria ter dito (e deve ter dito, a menos que quatro ou cinco deputados nominados na imprensa sejam mentirosos, o que não é o caso) a primeira parte da sentença, ou a sentença inteira? Para divertir o auditório? Para impressioná-lo? Para reiterar que é democrata? Para apagar a impressão deixada pelo incidente do México? Qual quer que tenha sido o motivo, a primeira parte do que disse, aquilo que mexeu com os barômetros em Brasília, não deveria ter sido dito. A menos que estejamos totalmente equivocados e estejamos diante da Esfinge e sejamos obrigados a decifrar seus enigmas.